

**REGULAMENTO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONSULTA À COMUNIDADE ACADÊMICA  
PARA O PROCESSO SUCESSÓRIO AOS CARGOS DE REITOR OU REITORA E VICE-REITOR OU  
VICE-REITORA DA UNIFESP**

**TÍTULO I**

**DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONSULTA**

Art. 1º. A Comissão Organizadora da Consulta à comunidade acadêmica para o processo sucessório aos cargos de Reitor ou Reitora e Vice-Reitor ou Vice-Reitora da Universidade Federal de São Paulo é constituída por representantes indicados pelas entidades representativas da Unifesp que compõem o seu Conselho de Entidades.

§ único. A Comissão de Organização da Consulta, comunicará à Comissão Eleitoral (CER 2021-2025), mediante ofício no SEI, o nome e categoria de seus membros constitutivos.

Art. 2º. A Comissão Organizadora da Consulta organizará e acompanhará a consulta à comunidade acadêmica em todas as suas fases com independência e autonomia, não mantendo vínculo formal com a Comissão Eleitoral (CER 2021-2025) designada por meio da Portaria nº 2.346, de 19 de agosto de 2020 e da Portaria nº 2.719, de 18 de setembro de 2020.

Art. 3º. Compete à Comissão Organizadora da Consulta:

- I – regulamentar a consulta à comunidade acadêmica;
- II – receber, analisar e homologar as inscrições das chapas;
- III – receber da Comissão Eleitoral a relação de docentes aptos a se apresentar à consulta, conforme critérios discriminados no Título II deste regulamento;
- IV – receber da Comissão Eleitoral a relação dos servidores, servidoras e discentes aptos a participar da consulta, conforme critérios discriminados no Título III deste regulamento, e divulgá-la à comunidade;
- V – acompanhar e fiscalizar o processo remoto da consulta, operacionalizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação da Unifesp;
- VI – quando solicitada, emitir notas de análise e comunicados sobre o processo sucessório, divulgando-os a toda a comunidade;
- VII – encaminhar para conhecimento e análise das instâncias responsáveis as possíveis irregularidades que ocorram durante o período estabelecido para a consulta;
- VIII – informar à Comissão Eleitoral o resultado da consulta pública antes da data estabelecida para a eleição no Conselho Universitário.

**TÍTULO II**

**DA INSCRIÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS CHAPAS**

Art. 4º. As inscrições para os cargos de Reitor ou Reitora e Vice-Reitor ou Vice-Reitora deverão ser efetuadas por meio do preenchimento de formulário disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

§ 1º. No ato de inscrição, os candidatos ou candidatas a Reitor ou Reitora e Vice-Reitor ou Vice-Reitora formalizarão o registro da chapa, preenchendo o formulário disponível no SEI denominado “PROCESSO DE CONSULTA ELEITORAL REITORIA”.

§ 2º. O formulário deverá ser assinado eletronicamente pelos candidatos ou candidatas a Reitor ou Reitora e Vice-Reitor ou Vice-Reitora e tramitado à Comissão Organizadora da Consulta.

Art. 5º. As chapas serão numeradas de acordo com a ordem de inscrição, definida pela data e horário de tramitação do processo no SEI para a Comissão Organizadora da Consulta, que comunicará às chapas os respectivos números e encarregar-se-á de divulgá-los à comunidade.

§ 1º. Em caso de inscrição concomitante, o primeiro número da sequência será concedido ao candidato ou candidata a Reitor ou Reitora que estiver mais avançado na carreira docente.

§ 2º. Caso haja igualdade de condições, o primeiro número da sequência será concedido ao candidato ou candidata a Reitor ou Reitora que estiver há mais tempo em sua posição na carreira docente.

§ 3º. Caso ainda persista a igualdade de condições, o primeiro número da sequência será concedido ao candidato ou candidata a Reitor ou Reitora que tiver mais idade.

Art. 6º. Os candidatos ou candidatas aos cargos de Reitor ou Reitora e Vice-Reitor ou Vice-Reitora ocupantes de cargo docente do quadro permanente ativo da Unifesp deverão ser professores titulares ou professores associados, conforme estabelecido no art. 11 do Estatuto da Unifesp e no art. 250 do Regimento Geral da Unifesp, alterados pela Resolução nº 185, de 31 de agosto de 2020, do Conselho Universitário.

Art. 7º. Recebidas as inscrições, a Comissão Organizadora da Consulta verificará, em conformidade com o item IV do art. 3º deste regulamento, a natureza do vínculo dos interessados e se preenchem os requisitos aqui estabelecidos, deferindo ou indeferindo as inscrições.

Art. 8º. Serão indeferidas as inscrições dos candidatos ou candidatas que:

- a) não estejam em situação regular na Unifesp;
- b) não preencham os requisitos estabelecidos neste regulamento, na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, no Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, no Decreto nº 6.264, de 22 de novembro de 2007, no Estatuto da Unifesp e no Regimento Geral da Unifesp, alterados pela Resolução nº 185, de 13 de agosto de 2020, do Conselho Universitário;
- c) apresentem o formulário de inscrição preenchido de forma incorreta ou incompleta;
- d) entreguem o formulário de inscrição após o término do período estabelecido no calendário de consulta à comunidade acadêmica para o processo sucessório; e
- e) sejam detentores de cargos de direção para os quais tenham sido eleitos e dos quais não se tenham desincompatibilizado até a data estabelecida pelo calendário do processo sucessório especificado no art. 28 deste regulamento, conforme disciplina o art. 251 do Regimento Geral da Unifesp, alterado pela Resolução nº 185, de 31 de agosto de 2020, do Conselho Universitário.

Art. 9º. A Comissão Organizadora da Consulta homologará as chapas e efetuará a divulgação destas no Boletim Eletrônico de Serviços da Unifesp e no portal web específico do processo sucessório, disponível em <https://eleicoes.unifesp.br>, além de comunicar esse ato homologatório, por ofício via SEI, às chapas devidamente inscritas.

### **TÍTULO III**

#### **DA CONSULTA PRÉVIA**

Art. 10º. A consulta prévia à comunidade terá caráter informal e não vinculante e será conduzida pela Comissão Organizadora da Consulta, sob acompanhamento e supervisão da Comissão Eleitoral, em consonância com o art. 253 do Regimento Geral da Unifesp, alterado pela Resolução nº 185, de 31 de agosto de 2020, do Conselho Universitário, e ainda com base nas normas específicas que serão estabelecidas pela Comissão Eleitoral.

Art. 11º. Para a realização da consulta prévia, a Comissão Organizadora da Consulta:

I – verificará o sistema eletrônico destinado à consulta;

II – realizará os testes do sistema de escolha, acompanhados por até dois assessores de cada chapa;

III – homologará o sistema de escolha após a realização dos testes;

IV – assegurará a confiabilidade, a transparência e a segurança do processo de consulta;

V – dará publicidade aos procedimentos necessários ao processo eletrônico remoto da consulta à comunidade;

VI – nomeará os fiscais indicados pelas chapas para que verifiquem o andamento regular do processo de participação na consulta e acompanhem a Comissão de Organização da Consulta no momento da apuração dos resultados;

VII – realizará a abertura e o encerramento do processo de consulta; e

VIII - elaborará a ata de registro do resultado da consulta prévia de caráter informal e não vinculante, remetendo-a à Comissão Eleitoral.

§1º. A Unifesp prestará apoio à Comissão de Organização da Consulta para a operacionalização da consulta à comunidade, disponibilizando servidores técnico-administrativos, docentes e da área de tecnologia da informação, além de fornecer equipamentos e materiais diversos, sempre que necessário.

§2º. A apuração dos resultados da consulta, que obedecerá ao calendário do processo sucessório especificado no art. 28 deste regulamento, ocorrerá em sessão pública e transmitido por programas abertos à visualização remota.

Art. 12º. A consulta prévia será realizada nos termos dos art. 254 a 256 do Regimento Geral da Unifesp, alterados pela Resolução nº 185, de 31 de agosto de 2020, do Conselho Universitário, observadas adicionalmente as seguintes condições:

I – o participante da consulta, membro das categorias docente, técnico-administrativo ou discente que, no âmbito da comunidade universitária, estiver vinculado a mais de uma categoria, deverá manifestar sua opção por apenas uma delas, mediante envio de mensagem pelo e-mail institucional para [eleicao.reitoria.2021-2025@unifesp.br](mailto:eleicao.reitoria.2021-2025@unifesp.br), até 16 de novembro de 2020;

II – na categoria funcional de docente, somente poderá manifestar sua opção aquele que pertencer ao quadro permanente ativo da Unifesp e que tenha tomado posse até o dia 16 de novembro de 2020;

III – na categoria funcional de técnico-administrativos em educação, somente poderá manifestar sua opção aquele que pertencer ao quadro permanente ativo da Unifesp e que tenha tomado posse até o dia 16 de novembro de 2020; e

IV – na categoria de discente, somente poderá manifestar sua opção o e a estudante cuja matrícula nos cursos de graduação ou de pós-graduação stricto sensu da Unifesp estiver confirmada até o dia 16 de novembro de 2020, observando-se a mesma exigência em relação aos residentes médicos e multiprofissionais;

V – o participante da consulta que mantiver mais de um vínculo com a Unifesp e não apresentar opção prévia de acordo com o acima estabelecido constará da listagem na qual figure o vínculo mais antigo na instituição, nos termos do Regimento Geral da Unifesp.

§1º. No universo dos participantes da consulta estão incluídos os docentes, discentes e técnico-administrativos em educação em gozo de férias ou licença para tratamento de saúde.

§2º. No universo dos participantes da consulta estão excluídos os servidores docentes e técnico-administrativos em educação que estejam afastados para tratar de assuntos particulares ou estejam cedidos a outros órgãos.

§3º. No universo dos participantes da consulta estão excluídos os estudantes de graduação e pós-graduação que estejam com matrícula trancada.

§4º. A relação de participantes da consulta e sua respectiva categoria será divulgada pela Comissão Organizadora da Consulta no portal web específico do processo sucessório, o <https://eleicoes.unifesp.br>.

Art. 13º. Esta consulta será realizada pelo Sistema Eletrônico de Votação da Unifesp – SEVU, utilizando o sistema Helios Voting, que será disponibilizado a todos e todas que estiverem aptos a participar da consulta.

Parágrafo único. A participação na consulta dar-se-á mediante as definições e orientações da STI-Unifesp, que serão oportuna e amplamente informadas e divulgadas à comunidade acadêmica.

Art. 14º. A consulta à comunidade far-se-á por meio eletrônico, devendo a cédula eletrônica apresentar, de forma clara e inequívoca, o nome dos candidatos e/ou candidatas e o respectivo número das chapas regularmente inscritas, além das opções nulo e branco.

#### **TÍTULO IV**

#### **DA CAMPANHA DURANTE O PROCESSO SUCESSÓRIO AOS CARGOS DE REITOR OU REITORA E VICE-REITOR OU VICE-REITORA**

Art. 15º. A campanha será realizada sob responsabilidade de cada candidatura e se assentará nos princípios da ética acadêmica, da liberdade de expressão, da defesa do patrimônio público e da igualdade de oportunidade aos candidatos e candidatas.

Parágrafo único. As possíveis e eventuais irregularidades cometidas por candidatos e/ou candidatas, chapas e/ou apoiadores deverão ser encaminhadas à Comissão de Organização da Consulta, conforme o art. 25 deste regulamento.

#### **Seção I**

#### **Da campanha em ambiente presencial**

Art. 16º. A propaganda eleitoral poderá ocorrer por meio de panfletos, cartazes, faixas e outros meios lícitos de divulgação, bem como visitas em ambiente de trabalho, respeitando-se as normatizações atinentes à matéria, mencionadas neste regulamento. Os cartazes e faixas deverão ser afixados nos locais designados pelos diretores das unidades universitárias ou dos campi, pelo Conselho Estratégico do Hospital Universitário e pela Coordenadoria Administrativa do edifício da Reitoria, cabendo à Comissão Organizadora da Consulta divulgar tais deliberações às chapas inscritas.

§ 1º. As chapas inscritas serão responsáveis pela fixação e retirada de todo o material de campanha, respeitando rigorosamente o prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início da consulta à comunidade do processo eleitoral sucessório de Reitor ou Reitora e Vice-Reitor ou Vice-Reitora.

§ 2º. Nos espaços extramuros da universidade, as chapas estarão sujeitas às leis específicas dos municípios onde se situam os campi da Unifesp, cabendo às chapas o conhecimento e o respeito a tal legislação.

§ 3º. Devido à pandemia de COVID-19, devem ser seguidas, em todos os atos de campanha, as orientações das autoridades de Saúde.

## **Seção II**

### **Da campanha em ambiente eletrônico (internet)**

Art. 17º. A campanha por meios eletrônicos compreende a utilização de redes sociais, o envio de material eletrônico de campanha para correio eletrônico pessoal ou aplicativos multiplataformas de mensagens instantâneas e chamadas de voz para celulares ou smartphones privados.

Art. 18º. São vedadas as mensagens com conteúdo enganoso, sensacionalista, evidentemente falso e outras de natureza semelhante que visem a promover a desinformação dos participantes da consulta e da comunidade acadêmica em geral.

Art. 19º. É vedado o uso indevido do nome e da marca da Unifesp em mensagens e materiais de campanha.

Art. 20º. É vedada a realização de shows, lives artísticas e eventos assemelhados para a promoção de candidaturas, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião.

## **Seção III**

### **Das disposições gerais da campanha**

Art. 21º. Fica vedado o uso da rede interna de computadores da Unifesp para a divulgação de materiais de campanha, incluindo-se o próprio portal e a lista de e-mails institucionais.

Parágrafo único. Todas as chapas terão espaço assegurado de forma equânime e isenta no portal web específico do processo sucessório, o <https://eleicoes.unifesp.br>, para a divulgação de suas campanhas.

Art. 22º. É vedada a propaganda sonora, bem como a que perturbe as atividades didáticas, administrativas e assistenciais nos campi da Unifesp e no Hospital São Paulo – HU/HSP e HU2.

Art. 23º. Será permitida a realização de debates entre os candidatos e/ou as candidatas, cabendo às diversas entidades representativas da comunidade acadêmica e aos diretores das unidades universitárias a organização e mediação dos eventos, nos quais serão assegurados tratamento isonômico às chapas inscritas.

§1º. O formato e a metodologia dos debates entre os candidatos e/ou as candidatas deverão ser comunicados por seus organizadores às chapas inscritas por meio de ofício, via SEI, com cópia para a Comissão Organizadora da Consulta.

§2º. Os candidatos e/ou as candidatas deverão dar ciência aos comunicados e deverão se pronunciar sobre a anuência em participar em data e horário acordados.

§3º. Os debates poderão ocorrer mesmo com a recusa de um/uma ou mais candidato(s) e/ou candidata(s) em deles participar.

Art. 24º. Durante o período de consulta pública não será permitida a realização da campanha eleitoral nas dependências internas da universidade e nem por meios eletrônicos.

Art. 25º. Os candidatos e/ou candidatas, bem como seus assessores e apoiadores, que praticarem ações contrárias às orientações relativas à propaganda a ser utilizada durante o período de campanha e consulta à comunidade acadêmica estarão sujeitos, na qualidade de

servidores públicos federais, às sanções previstas em lei, considerando-se a natureza, a gravidade e os danos que delas provierem.

§1º. Em casos de constatação de infração aos dispositivos deste regulamento, o servidor público federal, devidamente identificado, poderá representar à Comissão Organizadora da Consulta, relatando fatos, juntando provas e solicitando a abertura e apuração de ocorrência de possíveis infrações e responsabilidades.

§2º. A Comissão Organizadora da Consulta encaminhará às instâncias pertinentes as eventuais representações sobre irregularidades, para que estas possam ser devidamente verificadas e apuradas.

§3º. A Comissão Organizadora da Consulta ainda poderá, de ofício, encaminhar denúncias à Ouvidoria, para que a Câmara de Juízo de Admissibilidade se pronuncie em relação a elas.

Art. 26º. Não será de responsabilidade da Comissão Organizadora da Consulta a fiscalização da observância e cumprimento às determinações expostas nas Seções acima.

## **TÍTULO V**

### **DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA CONSULTA PARA OS CARGOS DE REITOR OU REITORA E VICE-REITOR OU VICE-REITORA**

Art. 27º. Após a apuração da consulta prévia, a Comissão de Organização da Consulta encaminhará à Comissão Eleitoral o relatório no qual serão especificados, por categoria, o total de participantes, o número de opções atribuídos a cada chapa, o número de opções em branco e nulos e o resultado final. A Comissão Eleitoral, por sua vez, dará ampla divulgação à comunidade acadêmica dos resultados, mediante o emprego de todos os meios de comunicação institucionais, e encaminhará ao Conselho Universitário a ata circunstanciada da sessão de apuração, com os seguintes dados:

I – nomes dos candidatos e/ou candidatas;

II – número total de membros ativos de cada categoria, com a respectiva opção; e

III – número de votos de cada chapa, bem como o de votos em branco e nulos, com a identificação daquelas que correspondem a cada categoria da comunidade universitária.

## **TÍTULO VII**

### **DO CALENDÁRIO DO PROCESSO SUCESSÓRIO PARA O QUADRIÊNIO 2021-2025**

Art. 28º. O calendário da consulta à comunidade acadêmica, de caráter informal e não vinculante do processo eleitoral para Reitor ou Reitora e Vice-Reitor ou Vice-Reitora, obedecerá às seguintes etapas:

| Data                  | Evento  |
|-----------------------|---|
| 26 de outubro de 2020 | Prazo final para desincompatibilização/renúncia dos interessados e das interessadas em se apresentar à consulta que estiverem ocupando funções ou cargos para os/as quais foram eleitos/eleitas, a saber:<br>I – Reitora e Vice-Reitor<br>II – Diretores/as e Vice-Diretores/as dos Campi<br>III – Diretores/as e Vice-Diretores/as das Unidades Universitárias |

|  |   |
|--|---|
| 27 de outubro a 02 de novembro de 2020 | Período de inscrição de candidaturas/chapas via SEI   |
| 03 de novembro de 2020                 | Verificação das candidaturas inscritas e homologação das chapas aptas a se apresentarem à consulta  |
| 04 de novembro de 2020                 | Divulgação das candidaturas/chapas homologadas<br>Início do período de campanha junto à comunidade acadêmica  |
| 04 a 08 de novembro de 2020            | Prazo para a apresentação de eventuais recursos à COC sobre a homologação e/ou não homologação de candidaturas e chapas   |
| 09 de novembro de 2020                 | Divulgação do resultado dos eventuais recursos apresentados à COC   |
| 16 de novembro de 2020                 | Data final de manifestação para opção da categoria pela qual o membro da comunidade acadêmica participará da consulta   |
| 18 de novembro de 2020                 | Divulgação da lista de membros da comunidade acadêmica aptos a votar, por categoria   |
| 15 de dezembro de 2020                 | Término do período da campanha junto à comunidade acadêmica   |
| 16 a 18 de dezembro de 2020            | Consulta à comunidade acadêmica pelo Sistema Eletrônico de Votação – SEVU<br>Início no dia 16 de dezembro às 08h (horário oficial de Brasília)<br>Encerramento no dia 18 de dezembro às 18h (horário oficial de Brasília) |
| 18 de dezembro de 2020                 | Apuração da consulta e divulgação dos resultados à comunidade acadêmica   |
| 21 de dezembro de 2020                 | Elaboração do relatório final sobre a apuração da consulta e encaminhamento do relatório e da ata da apuração à Comissão Eleitoral  |

Art. 29º. Todas as datas iniciam à 00h e terminam às 23h59min, com exceção daquelas explicitamente especificadas no calendário do processo sucessório apresentado no art. 28.

Parágrafo único. Para aferição de datas e horários dos atos previstos neste regulamento, será considerada a data e horário registrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

## **TÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 30º. Os membros da Comissão de Organização da Consulta são inelegíveis.

Art. 31º. Todos os membros da Comissão de Organização da Consulta, bem como os servidores da STI designados para acompanhar o processo sucessório, no exercício de suas funções não poderão participar da campanha eleitoral, manifestar publicamente sua preferência e/ou favorecer qualquer das chapas inscritas. Toda e qualquer situação contrária a essa postura ético-

política deverá ser denunciada à Ouvidoria da Unifesp pela plataforma fala.br, disponível em <https://falabr.cgu.gov.br/>, que encaminhará as providências cabíveis.

Art. 32º. Os casos omissos serão encaminhados para análise e deliberação da Comissão Eleitoral.

Art. 33º. Todos os atos oficiais das chapas, da Comissão Organizadora da Consulta e da Unifesp referentes à consulta deverão ocorrer no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

I – os atos das chapas deverão ser assinados eletronicamente pelos candidatos ou candidatas; e  
II – os atos da Comissão Organizadora da Consulta deverão ser assinados eletronicamente pelo seu respectivo presidente.

Parágrafo único. Os candidatos e/ou as candidatas que constituírem as chapas que participarão da consulta à comunidade acadêmica concordam, desde o momento de formalização de suas candidaturas, com o uso do Sistema Eletrônico de Votação da Unifesp e com todos os procedimentos que envolvem a votação eletrônica.

Art. 34º. Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim Eletrônico de Serviços da Unifesp.